



7ª Reunião Ordinária

ATA DE REUNIÃO

Data/Hora	10 de outubro de 2013 – 10h10 às 11h23
Local:	Sala 328 – Ed. Sede
Pauta:	1. Proposta de Regimento Interno da CE/MJ 2. [REDACTED] 3. [REDACTED] 4. Discussão sobre Relatório de Auditoria do TCU. 5. Outros assuntos.


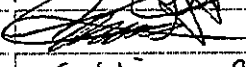
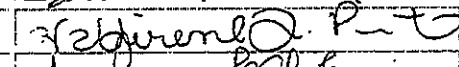
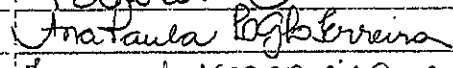
DESCRIÇÃO

Aos dez dias do mês de outubro do ano de 2013, às 10h10, na sala 328 do Edifício Sede deste Ministério, reuniram-se para a 7ª Reunião Ordinária da Comissão de Ética do Ministério da Justiça (CE/MJ), instituída pela Portaria MJ nº 1.660/2012, os membros titulares Alexandre Andrade Pires, Delci Carlos Teixeira e Valdirene Francisca Pinto, bem como a suplente Ana Paula Lopes Guimarães de Lima Ferreira. Procedendo à abertura da Reunião, o Presidente, Dr. Alexandre Andrade Pires, passou à leitura da pauta e ao desenvolvimento de cada item proposto. **Item 1. Proposta de Regimento Interno da CE/MJ:** os membros aprovaram a minuta elaborada. **Encaminhamento:** determinou-se que a proposta de Regimento Interno deverá ser submetida ao exame da Consultoria Jurídica do Ministério. Estabeleceu-se também que, caso a minuta seja aprovada pela referida Consultoria antes da próxima Reunião Ordinária, deverá ser encaminhada ao Gabinete do Ministro para análise. **Item 2.** [REDACTED]

Item 4.
Discussão sobre Relatório de Auditoria do TCU: o Presidente informou que o Tribunal de Contas da União realizou uma Auditoria na área de Tecnologia da Informação do Ministério, a qual também analisou questões de governança corporativa em geral. Um dos achados de tal Auditoria refere-se a falhas na aplicação do Código de Ética do MJ. Diante disso, recomendou-se que o Ministério defina mecanismos que possibilitem a apuração de desvios, assim como o comprometimento dos servidores com o Código de Ética. Tendo em vista tal recomendação, o Dr. Alexandre indicou a necessidade de que sejam promovidos cursos sobre o Código de Ética do Ministério. Ademais, sugeriu convidar a Coordenadora-Geral de Recursos Humanos para uma reunião, no intuito de verificar se a CGRH pode auxiliar a

CE/MJ na divulgação do Código de Ética. Os demais membros demonstraram estar de acordo com a sugestão. **Item 5. Outros assuntos. 5.1. Atualização de Cadastro de Comissão de Ética e 15º Questionário de Avaliação.** O Presidente salientou que os dois formulários foram devidamente preenchidos e encaminhados à Comissão de Ética Pública, conforme informado por meio de correio eletrônico. **5.2. Rito processual adotado pela Comissão de Ética.** O Dr. Alexandre ressaltou a necessidade de que os relatórios dos processos analisados pela Comissão de Ética indiquem se a conduta examinada configura ilícito penal ou civil, infração disciplinar ou ato de improbidade, de modo que as autoridades competentes para a apuração do fato sejam cientificadas. Além disso, frisou que os processos devem ser classificados como reservados, nos termos da Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação). **5.3. Revisão do Código de Ética.** O Dr. Delci sugeriu a realização de uma análise detida do Código de Ética do Ministério, a fim de verificar se seu conteúdo merece ser revisado. **5.4. Subcomissões de Ética.** O Dr. Delci comprometeu-se a realizar um levantamento preliminar acerca da existência de Subcomissões de Ética nos órgãos e entes vinculados ao Ministério da Justiça. Ademais, sugeriu que, dependendo do resultado do levantamento, seja realizada consulta à Comissão de Ética Pública para aferir se as Subcomissões de Ética podem existir. **Encaminhamento:** determinou-se que a questão será examinada de maneira mais detida na próxima Reunião Ordinária. Encerrada a reunião às 11h23, eu, Fernanda Souza Carmo Nogueira, Secretária-Executiva da Comissão de Ética do Ministério da Justiça, lavrei a presente ata.

PARTICIPANTES

Nº	NOME COMPLETO	ASSINATURA
1	Alexandre Andrade Pires	
2	Delci Carlos Teixeira	
3	Valdirene Francisca Pinto	
4	Ana Paula Lopes Guimarães de Lima Ferreira	
5	Fernanda Souza Carmo Nogueira	